

Olá, pessoal

Para quem não me conhece ainda, meu nome é **Renan Araujo** e sou professor aqui no Estratégia Concursos, lecionando as matérias de Direito Penal, Processual Penal e Legislação aplicada ao MP e à Defensoria Pública.

Neste artigo vou comentar as questões de Direito Penal e Direito Processual Penal que foram cobradas pela FUNCAB na recente prova do concurso para AGEPEN-MA.

Algumas questões tiveram um nível relativamente elevado, considerando o cargo a que destinadas. Contudo, não vejo possibilidade de recurso.

Vamos às questões:

- Noções de Direito Penal e Processual Penal

Questão 46

Roberval, agente penitenciário, atendendo ao pedido de um amigo, retarda indevidamente a prática de ato de ofício, infringindo dever funcional. Roberval:

- A) praticou crime de corrupção passiva.
- B) não praticou crime algum, mas apenas infração administrativa.
- C) praticou crime de prevaricação.
- D) praticou crime de corrupção passiva privilegiada.
- E) praticou crime de advocacia administrativa.

COMENTÁRIOS: Neste caso o agente praticou o crime de corrupção passiva privilegiada, pois praticou a conduta CEDENDO A PEDIDO de outrem, nos termos do art. 317, §2º do CP.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Questão 47

Assinale a alternativa que corretamente indica uma das missões do direito penal.

- A) Aplicar a pena com o escopo único de retribuir ao criminoso o mal causado, pois a pena é intrinsecamente justa.
- B) Aplacar o clamor popular através de instrumentos simbólicos de punição.
- C) Manter a ordem política através da seletividade nas incriminações.
- D) Estimular a vingança privada nas hipóteses previstas em lei, como, por exemplo, na legítima defesa.
- E) Servir como instrumento de garantias para o criminoso.

COMENTÁRIOS: Uma das funções do Direito Penal é servir como instrumento de garantias ao criminoso, na medida em que delimita o raio de condutas puníveis, fornecendo limites ao poder punitivo do Estado. Com relação à alternativa A, está incorreta porque a pena possui função preventiva e repressiva, e não apenas repressiva (adoção da teórica eclética da pena).

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA E.

Questão 48

São crimes hediondos, EXCETO:

- A) homicídio privilegiado.
- B) latrocínio.
- C) extorsão com resultado morte.
- D) estupro de vulnerável.
- E) epidemia com resultado morte.

COMENTÁRIOS: Dentre as alternativas apresentadas, apenas a Letra A não corresponde a um crime hediondo, pois o homicídio só é considerado hediondo quando é qualificado (art. 121, §2º do CP) ou quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, nos termos do art. 1º, I da Lei 8.072/90.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA A.

Questão 49

O direito penal não admite analogias incriminadoras. Essa afirmativa é uma decorrência do princípio da:

- A) adequação social.
- B) responsabilidade penal pessoal.
- C) individualização das penas.
- D) legalidade.
- E) responsabilidade penal subjetiva.

COMENTÁRIOS: A vedação à analogia *in malam partem* decorre do princípio da legalidade, pois a utilização de uma norma penal gravosa não prevista para o caso ofenderia o princípio da legalidade, que se consubstancia no brocardo: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Questão 50

As contravenções penais:

- A) podem ser punidas com pena de detenção.
- B) não prescrevem.
- C) não são punidas na forma tentada.
- D) constituem meros ilícitos administrativos.
- E) estão inseridas na Parte Especial do Código Penal.

COMENTÁRIOS: As contravenções penais são espécie de infração penal (e não meros ilícitos administrativos), e não podem ser punidas com detenção, mas apenas com prisão simples ou multa, nos termos do art. 1º do da Lei de Introdução ao Código Penal.

Além disso, não podem ser punidas na forma tentada (correta a letra C), conforme art. 4º da Lei das Contravenções Penais.

As contravenções penais estão previstas em Lei própria (Lei das Contravenções Penais), e as regras de prescrição são as mesmas previstas para os delitos, de acordo com a pena máxima prevista.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

Questão 51

Preencher uma folha de cheque em branco, sem autorização do titular da conta bancária vinculada, e almejando sua utilização irregular no futuro para a aquisição fraudulenta de bens, constitui crime de:

- A) estelionato tentado.
- B) falsa identidade.
- C) falsidade ideológica.
- D) falsificação de documento público.
- E) falsificação de documento particular.

COMENTÁRIOS: Tal conduta configura o delito de falsificação de documento público, nos termos do art. 297, §2º do CP.

Não se trata, aqui, de estelionato, pois apesar do agente pretender, no futuro, obter vantagem ilícita mediante fraude, o delito de estelionato ainda não foi iniciado. A execução do crime de estelionato se inicia quando o agente começa a tentar enganar a vítima. Antes disso, portanto, estamos apenas na fase dos atos preparatórios. Assim, não podemos falar em estelionato tentado porque sequer se iniciou a execução de tal delito, respondendo o agente apenas pelos atos já praticados (no caso, falsificação de documento público, eis que o cheque é equiparado a documento público).

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Questão 52

Sobre a ação penal, é correto afirmar que:

- A) a ação pública condicionada exige a satisfação da condição de procedibilidade no prazo de oito meses, a contar da data em que o ofendido toma ciência da autoria do crime por ele sofrido.
- B) a ação privada personalíssima pode ser oferecida pelo ofendido, ou, em caso de óbito, por seu representante legal.
- C) a ação privada subsidiária pressupõe inércia do Ministério Público ou manifestação do órgão pelo arquivamento de inquérito policial.
- D) quando a lei não especifica o tipo de ação penal atinente a determinado crime, esta é pública incondicionada.
- E) a ação privada é oferecida através de *notitia criminis*.

COMENTÁRIOS:

- a) ERRADA: O prazo para a representação é de seis meses, nos termos do art. 38 do CPP.
- b) ERRADA: Em caso de óbito da vítima, a ação penal privada personalíssima não pode ser mais ajuizada, extinguindo-se a punibilidade.
- c) ERRADA: Caso haja manifestação do MP requerendo o arquivamento do inquérito, não haverá inércia. Assim, não será cabível o ajuizamento da ação penal privada subsidiária da pública, nos termos do art. 29 do CPP.
- d) CORRETA: Item correto, pois, no silêncio da lei, o crime será considerado de ação penal pública incondicionada.
- e) ERRADA: Item errado, pois a ação penal privada é movida por meio de queixa-crime.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Questão 53

Analisando os delitos a seguir arrolados, assinale aquele que é de competência da Justiça Federal.

- A) Sonegação de imposto predial territorial urbano.
- B) Furto praticado contra Juiz Federal, em que os autores ingressam clandestinamente na residência do magistrado e de lá subtraem dinheiro.
- C) Falsificação grosseira de papel moeda, em que o objeto material do crime é posteriormente usado na prática de estelionato.
- D) Tráfico intermunicipal de drogas.
- E) Desacato praticado contra oficial de Justiça Federal, que tentava cumprir mandado judicial no momento da ofensa.

COMENTÁRIOS:

- a) ERRADA: O IPTU é imposto municipal, logo, não há interesse da União, de maneira que a competência NÃO será da Justiça Federal.
- b) ERRADA: O crime foi praticado contra a PESSOA do Juiz, não tendo qualquer relação com o cargo ocupado, de maneira que a competência NÃO será da Justiça Federal.
- c) ERRADA: Se a falsificação é grosseira, não há que se falar em crime de moeda falsa (este sim seria da competência da Justiça Federal), mas em estelionato, crime que, a princípio, não é da competência da Justiça Federal.
- d) ERRADA: Item errado, pois o tráfico intermunicipal de drogas não é da competência da Justiça Federal, somente o sendo no caso de transnacionalidade do delito (tráfico internacional de drogas).
- e) CORRETA: Item correto, pois neste caso o agente praticou a conduta contra um funcionário público federal no exercício das funções (e em razão dela), motivo pelo qual há interesse da União, de forma que a competência será da Justiça Federal, nos termos do art. 109, IV da CF/88.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA E.

Questão 54

O ato de indiciamento em um inquérito policial por crime comum é de atribuição:

- A) de qualquer agente de polícia judiciária, seja civil ou federal.
- B) do delegado de polícia ou do Ministério Público.
- C) exclusiva do delegado de polícia.
- D) do delegado de polícia ou do juiz de direito.
- E) do delegado de polícia, do juiz de direito ou do Ministério Público.

COMENTÁRIOS: O ato de indiciamento deve ser realizado pela autoridade que preside o inquérito policial, ou seja, a autoridade policial (delegado de polícia), inclusive em razão do que dispõe o art. 2º, §6º da Lei 12.830/13.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

Questão 55

Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que contempla uma prova colhida de forma ilícita.

- A) Interceptação telefônica judicialmente autorizada em inquérito policial que investiga exclusivamente crime punido com pena de detenção.
- B) Obtenção de imagens do ambiente dos caixas eletrônicos em uma agência bancária, sem autorização judicial.
- C) Apreensão, por policiais que cumprem mandado de busca domiciliar durante o dia, de carta aberta guardada na gaveta do suspeito.
- D) Acesso, sem ordem judicial, a dados cadastrais de assinante, obtidos através de requisição policial direcionada à empresa TV por assinatura.
- E) Consecução de fotos de um suspeito publicadas, de forma aberta ao público, em uma rede social.

COMENTÁRIOS:

- a) CORRETA: Aqui temos uma prova colhida de forma ilícita, eis que não pode ser determinada a interceptação das comunicações telefônicas para apuração de crime punido apenas com detenção, nos termos do art. 2º, III da Lei 9.296/96.
- b) ERRADA: Item errado, pois não há qualquer vedação à obtenção de tal prova sem autorização judicial.
- c) ERRADA: A carta aberta perde a inviolabilidade conferida às correspondências, podendo ser apreendida (desde que em cumprimento regular de mandado de busca e apreensão) como qualquer outro documento.
- d) ERRADA: Tal diligência também não macula a prova obtida, eis que não há necessidade de autorização judicial.
- e) ERRADA: Tal prova também não foi obtida de forma ilícita, eis que a foto havia sido deliberadamente publicada pelo suspeito, tornando-a de acesso público.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA A.

Se você quer conhecer mais do meu trabalho no **Estratégia Concursos**, [clique aqui](#) e baixe, gratuitamente, as aulas demonstrativas dos meus cursos.

Bons estudos!

Prof. Renan Araujo

profrenanaraujo@gmail.com



Periscope

PERISCOPE: @profrenanaraujo